

A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA SOB O MANTO NEOLIBERAL E A SUA EFETIVIDADE NO ESTADO DE ALAGOAS

Educação escolar e diversidade

José Bezerra da Silva¹
jbcartorio@ibest.com.br

Max Silva da Rocha²
msrletras@gmail.com

RESUMO: O Estado brasileiro comprometido com as disposições neoliberais do capital tem ajustado a educação nacional a essas disposições. No contexto deste projeto, destaca-se a modalidade educação escolar quilombola, que prioriza o território, a ancestralidade, a oralidade e a cosmovisão africana. As ações estatais visam cumprir as agendas das conferências mundiais Educação Para Todos, realizada em 1990 e a III Conferência de Combate ao racismo, à discriminação e Intolerâncias Correlatas, realizada em 2001. Apesar da importância dessa modalidade de educação e da responsabilidade estatal com a população afrodescendente, o Estado de Alagoas não vem atendendo àquelas exigências, haja vista o descompromisso com a educação quilombola das 64 comunidades existentes no estado. Com este artigo queremos explicitar a formação da Educação Escolar Quilombola, destacando a sua imensa importância para os quilombolas, seus vínculos com o neoliberalismo e o desinteresse do Estado de Alagoas com a sua implantação.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Educação Escolar Quilombola. Estado de Alagoas.

1- INTRODUÇÃO

A população afro-brasileira, historicamente relegada ao analfabetismo crônico, vem sendo beneficiada neste século XXI com a educação básica. Para tanto, da União proliferaram órgãos e normas voltados para a dinamização daquele complexo, visto que o mesmo se enquadra no recém-perfil sócio-político-econômico mundial. Assim, a ampliação da educação com vistas a “incluir” os afro-brasileiros se deu em três frentes: primeira – aquela direcionada para combater o racismo, como se vê na obra “Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais”, reimpressa em 2010 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), e a obra “Superando o Racismo na Escola”, organizada pelo antropólogo negro Kabengele Munanga e também publicada pela Secadi,

¹ José Bezerra da Silva é mestre em educação, membro do grupo de pesquisa trabalho, educação e ontologia marxiana e professor da Faculdade Católica Santo Tomás de Aquino, FACESTA, em Palmeira dos Índios, AL.

² Max Silva da Rocha é graduando do 5º período do curso de Letras – Português da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL.

sendo que a versão aqui utilizada é de 2005. Segunda – aprovação do sistema de cotas por diversas universidades brasileiras, a começar pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, conforme nota de rodapé da página 99 do livro “Uma Gota de Sangue: História do Pensamento Racial”, de autoria de Demétrio Magnoli e publicada pela editora Contexto, bem como o livro “O negro na Universidade: o direito a inclusão”, organizado por Pacheco e Nilza da Silva, e publicado pela Fundação Cultural Palmares, em 2007 e por último a elaboração da Educação Escolar Quilombola, cuja sistematização foi iniciada com a Conferência Nacional de Educação – CONAE, em março/abril de 2010 e se consolidou com a realização do I Seminário Nacional sobre Educação Escolar Quilombola, em Brasília, nos dias 09 a 11 de novembro de 2010, e impulsionada com a aprovação, no dia 05 de Junho de 2012, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

É de se crer que o interesse da União em conceder educação aos remanescentes da escravidão não é gratuito. Ao contrário, se enquadra no perfil sócio-político-econômico desencadeado pelo capital, e em atendimento aos ditames de organismos internacionais, sobretudo do Banco Mundial, o qual não somente financia a educação básica (ler, escrever e contar) dos países periféricos, como ainda planeja, disponibiliza técnicos e especialistas para formatarem o complexo educacional subordinando-o aos princípios mercadológicos da concorrência e do lucro. Por isso, o empresariado nacional é, atualmente, o agente principal encarregado de cuidar do complexo educacional do nosso país, como deixa claro Susana Jimenez, em artigo que compõe a obra “Marxismo, Educação e Luta de Classes”, publicada pela EdUECE, em 2010. Na mesma obra, Freres, Rabelo e Mendes Segundo prelecionam:

Em favor da retomada da recuperação dos ganhos de mercado, o propósito da educação, no final do século passado, passou a ser determinado pelo Banco Mundial, que elaborou um Programa de Educação Para Todos (EPT) a ser implantado em todos os países-membros da UNESCO, cujo procedimento remete a profundas reformas educacionais, que incidem, com maior ênfase, no território das populações dos países periféricos e/ou em desenvolvimento. (FRERES et al, 2010, p. 51).

O programa Educação Para Todos (EPT) resulta da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, de 05 a 09 de março de 1990. Onze anos depois se realizou a III Conferência Mundial contra o Racismo, à Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, África do Sul, entre os dias 31 de agosto a 07 de setembro de 2001. Ambas as conferências foram coordenadas pelas Nações Unidas (ONU), com a participação do Banco Mundial. Desse modo, o nosso país, após acatar as decisões daquelas conferências, decidiu incrementar a educação básica, pois ficou claro nas declarações daqueles organismos que a educação é o meio mais adequado de reduzir as

desigualdades sociais, portanto, minimizar a pobreza e em transformar os pobres em cidadãos consumidores.

É sob este formato que se vem elaborando a Educação Escolar Quilombola, a qual aparece interligada ao projeto macro de educação nacional, pondo em destaque as individualidades das comunidades, considerando os valores culturais locais, as práticas sociais, religiosas, à oralidade e vínculos de pertença ao grupo. Considera importantíssimo o combate ao racismo e a discriminação, a reestruturação física das escolas, a formação continuada dos professores/as, o debate sobre o território e a territorialidade, fatos que podem fortalecer a vida dos jovens quilombolas em busca de maior participação cidadã.

Essa supervalorização da Educação Escolar Quilombola parece atrativa se não fosse o profundo vínculo que mantém com o modelo de sociabilidade neoliberal presente. Por isso, não veicula a problemática de classe social, nem toma uma postura radicalmente crítica, não aponta para a superação da sociabilidade do capital e nem denuncia a figura do Estado enquanto instrumento capaz de conceder cidadania. Estes aspectos, constitutivos fundamentais do modo capitalista de produção, são trazidos aqui através da leitura de autores como Bertoldo (2009), Tonet (2005) e Mészáros (2008). Assim, enroscada no modelo sócio-político-econômico em vigor, ou seja, no modelo neoliberal, parece ter por fim contribuir na formação de cidadãos consumidores, fato que se consubstancia nos atos de ler, escrever e contar.

Segundo dados do Instituto de Terras de Alagoas – (ITERAL) há no Estado 64 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e uma em processo de certificação. Trata-se de Lajeiro Bonito, no município de Senador Rui Palmeira. Em visita a várias dessas comunidades e dialogando com lideranças e educadores, percebe-se o desleixo do Estado com a educação. Algumas vêm ensaiando projetos de combate ao racismo e à discriminação e os professores/as se mostram comprometidos com a temática afro, mas outras nem tanto. Assoma-se a isto o fato de que a maioria das comunidades não dispõe do ensino fundamental completo e os alunos quilombolas iniciam seus estudos na escola situada na comunidade, depois se dirigem a uma comunidade próxima ou a sede do município para concluir o ensino fundamental e cursar o ensino médio. Desses são raros os que chegam à universidade.

Diante destes fatos, põe-se o problema: foi ou está sendo implantada a Educação Escolar Quilombola nas escolas situadas nas comunidades quilombolas de Alagoas? A fim de melhor tratar deste problema, dividimos este artigo em três ítems: 1 – O perfil da Educação Escolar Quilombola – neste item a citada educação será pormenorizadamente caracterizada de

conformidade com as propostas elencadas no I Seminário Nacional de Educação Escolar Quilombola e as Diretrizes Nacionais sobre Educação Escolar Quilombola. 2 – Educação com vínculos neoliberais – neste item tentar-se-á demonstrar a vinculação da Educação Escolar Quilombola com a sociabilidade neoliberal, onde prevalece a lógica do mercado, a educação se constitui em instrumento de consenso entre as classes e fica patente a presença do Banco Mundial enquanto colaborador fundamental desse processo. 3 – As ações do Estado de Alagoas voltadas à Educação Escolar Quilombola – demonstrar-se-á neste item que as ações do Estado de Alagoas são mínimas no sentido de qualificar professores e professoras, gestores e demais interessados para trabalharem a Educação Escolar Quilombola, e que o modelo educacional que vem sendo praticado nas comunidades remanescentes vai de encontro às lutas por melhorias sociais, por exemplo, a demarcação de seus territórios, atendimento adequado da saúde, substituição das residências de taipa por construções de alvenaria, entre outras. Por fim as razões finais deixam em aberto o caminho para o debate, com vistas a provocar os educadores e as educadoras das comunidades quilombolas a se apropriarem da Educação Escolar Quilombola, tomando-a dialeticamente como instrumento de luta, com vistas a contribuir no processo de formação de uma sociabilidade plenamente emancipada.

2- O PERFIL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A sistematização da educação nacional tem se dado de forma diferenciada a fim de satisfazer as exigências dos diferentes grupos e dos movimentos sociais que os representam. Por isso, temos a educação do campo, educação para portadores de necessidades especiais, a educação escolar indígena e atualmente, devidamente estruturada, a educação escolar quilombola. Desde a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, à Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em 2001, que o nosso país tem premiado a população afro-brasileira com a possibilidade de frequentar a escola, basicamente o ensino básico.

A partir de 2008, deu-se grande movimentação em torno da preparação do Plano Nacional de Educação – PNE 2011-2020. De 28 de março a 1º de abril de 2010 ocorreu a Conferência Nacional de Educação – CONAE, cujo eixo VI se voltou para a Educação Escolar Quilombola, indicando os seguintes pontos fundamentais:

a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional; b) Assegurar que a

alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local; c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) dos/as profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo; d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados; e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas; f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização; g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola – (PNE) visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica; h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas

Como vem sendo tratada, a Educação Escolar Quilombola é parte integrante do denominado Sistema Nacional de Educação (SNE), mas voltada a aspectos específicos de comunidades quilombolas espalhadas por todo o Brasil. Por isso, esse modelo de educação não rompe com o macro projeto de educação nacional. É apenas uma maneira de se focar mais intensamente a população quilombola em idade escolar.

A elaboração de uma proposta de educação escolar quilombola não significa romper com os conhecimentos escolares, mas sim, buscar incorporar a esses conhecimentos a dinâmica do cotidiano, o jogo simbólico da vida, o crescimento e aprimoramento que permeiam as comunidades quilombolas marcados na dimensão do desafio, da luta e do enfrentamento das dificuldades que se materializam em distintos graus nessas comunidades. Assim, o lugar deve ser considerado um componente indispensável para construção da educação escolar quilombola. Os conteúdos escolares ao sintonizarem a natureza histórica e cultural das comunidades quilombolas terão sentido e relevância para os alunos/as quilombolas. O vínculo da escola com a concretude vivenciada é talvez a mais importante estratégia político/pedagógica para ajudar esses alunos/as a compreender e indagar sobre suas realidades para poder modificá-la. (PARANÁ, 2010, p. 12).

Como se vê, a Educação Escolar Quilombola acrescenta ao projeto nacional de educação diversos elementos, os quais refletem a vivência de cada comunidade individualmente. Assim, valoriza-se sobremaneira o lugar, o território enquanto espaço de convivência e de enfrentamento de dificuldades. E valoriza-se também a oralidade, a ancestralidade e as práticas religiosas, especialmente se vinculadas à história de vida da comunidade, com destaque para aquelas de matriz africana. Por outro lado, firma-se no

sentido de combater o racismo e a discriminação, tidos como os causadores dos males que relegam os afro-brasileiros aos piores índices sociais.

A educação quilombola é compreendida como um processo amplo – que inclui a família, a convivência com os outros, as relações de trabalho e com o sagrado e as vivências da comunidade. Assim, compreende-se a educação como um processo que faz parte da humanidade e está presente em toda e qualquer sociedade, e a escolarização é um recorte do processo educativo mais amplo [...]. Pensar em educações quilombolas implica, portanto, entender as relações existentes no dia-a-dia das pessoas, a relação entre os homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos e a relação com a terra, com o sagrado, com a cultura e com as diversas formas de organização. (TEIXEIRA; BARROS, s/d, p. 7 e 10).

A CONAE estabeleceu os elementos gerais constitutivos da Educação Escolar Quilombola, enquanto que o I Seminário Nacional foi bem mais abrangente, pois acrescentou outros elementos para o direcionamento desta modalidade de educação. Por isso, enfatizou a importância do local, da ancestralidade, da oralidade, da cosmovisão africana, além de outros. Já no relatório das Diretrizes Nacionais sobre Educação Escolar Quilombola, aprovada em 05 de junho de 2012, a relatora Nilma Lino Gomes informa que a Educação Escolar Quilombola segue as orientações determinadas pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Básica. Conforme essas diretrizes:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. [...] É a modalidade de educação que compreende as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. Neste caso, entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola. [...] Essa modalidade de educação deverá ser ofertada por estabelecimentos de ensino, públicos e privados, localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos aos territórios quilombolas, e que recebem parte significativa dos seus estudantes. (p.1 e 26).

Portanto, a Educação Escolar Quilombola dar-se-á em escolas situadas nas comunidades quilombolas e naquelas receptoras de alunos quilombolas e visa enaltecer as práticas culturais da comunidade, as quais são aceitas como a melhor maneira de superar as desigualdades aí persistentes. Vê-se, pois, a presença da cultura como fator de transformação social e de obtenção de cidadania. E a frente desse desiderato está o Estado.

Entretanto, a Educação Escolar Quilombola padece de sérias dificuldades. Primeira - o entendimento de que a educação (pode-se dizer também a cultura) é meio eficaz para resolver os problemas quilombolas. Segundo - escamoteia a realidade de classe mesmo sabendo que a definição dos territórios quilombolas passa por este viés. Terceiro - o fato de o Estado ter encampado as bandeiras de luta dos movimentos sociais.

Predomina o entendimento de que a educação eliminará as desigualdades sociais profundamente marcantes nas comunidades quilombolas. Por isso ao tratá-la, tem-se em vista o território, moradia, saúde e demais problemas locais. É uma educação que trás a tona a situação real da comunidade. Entretanto, a educação não rompe com a lógica da compra e venda da força de trabalho, âmbito da irreverente problemática classe social. Como tratar da situação território apenas pelo viés cultural e não de classe? No mais, a maioria dos professores/as não quilombolas estão encarregados do ensino a alunos quilombolas, são raríssimos aqueles/as cujas atividades educativas estão voltadas para esta temática tanto quanto para a religião de matriz africana, a qual ainda é tabu entre nós. Outro aspecto que concorre no processo de elaboração da Educação Escolar Quilombola é o fato de as bandeiras de luta dos quilombolas serem levantadas pelo próprio Estado, através de seus órgãos, como a Fundação Cultural Palmares, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), a Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (Seppir), entre outros. Órgãos representativos de interesses estatais são os mesmos que representam os interesses quilombolas. Essa “mera coincidência” deixa entrever que o maior interessado na melhoria das comunidades quilombolas é o próprio Estado, o qual passa a direcionar as lutas, a priorizar necessidades, e a definir seu atendimento. Contudo, historicamente foi o próprio Estado o principal coadjuvante da classe dominante no processo de efetivação da exclusão do indivíduo quilombola do ensino escolar, como a título de exemplo cite-se a Reforma Couto Ferraz (Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854), dificultadora da participação do afro-brasileiro no sistema regular de ensino.

Como decorrência dessas considerações críticas, percebe-se ser a proposta de Educação Escolar Quilombola perpassada por outros interesses como se verá no tópico a seguir.

3- EDUCAÇÃO COM VÍNCULOS NEOLIBERAIS

Pode-se dizer que a partir da III Conferência de Durban, em 2001, a educação nacional foi pintada com as cores da diversidade, e no bojo destas ações, ocorreu, em 2010, o I

Seminário Nacional de Educação Quilombola (PSNEQ), realizado em Brasília, sob a coordenação do Ministério da Educação, através da Secadi. Com isto o Brasil criou num lustro o quanto negou em fazer por quase cinco séculos, isto é, a possibilidade de a população afro-brasileira se escolarizar ao menos com o ensino fundamental.

Contudo, a presença “compensatória³” do nosso país no complexo educacional não é neutra. Sua atuação emergencial e urgente visa atender as exigências do mercado tido como a única maneira possível de produzir e reproduzir a existencialidade humana.

É neste âmbito que toma vulto a política do Banco Mundial, mediante o financiamento de projetos na área da educação e que submete, ao mesmo tempo, os países captadores de seus recursos aos ditames neoliberais, cujos interesses se sobrepõem a qualquer projeto de transformação social.

A educação foi atrelada, de forma prioritária, ao setor produtivo [...]. Na direção de moldar o complexo da educação aos interesses do mercado, os organismos internacionais, franquias por excelência do capital, representado pelo Banco Mundial, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela UNESCO, elegem, em sua agenda positiva de boa governança voltada aos países pobres, a meta da educação primária para todos. (FRERES *et al.*, 2010, p. 34-35).

A política do Banco Mundial tende a incrementar o sistema neoliberal com a anuência dos pobres. Para tanto, investe maciçamente em educação, pois é por meio dela que pretende aliviar a pobreza, tornar os pobres em trabalhadores produtivos e em cidadãos consumidores, bem como fortalecer a sociabilidade do consenso.

O nosso país, portanto, e os Estados-membros são assíduos captadores de recursos do referido Banco, o qual vincula aspectos comerciais e de negócios aos financiamentos educacionais, “pois este processo de mercantilização da educação faz parte de um processo mais amplo inserido no contexto da crise estrutural do capital” (BERTOLDO, 2008, p. 105), com vistas a atender aos interesses de lucro de empresários nacionais e internacionais. Desse modo, a educação mercantilizada, à medida que se torna fonte de imensos lucros, contribui também para o aumento e para a dinamicidade da concentração de renda pelo mundo.

A política neoliberal é uma capa protetora das ações dos EUA no mundo. Não mostrando para todos [...] a verdadeira faceta do mal que ela esconde, ou seja, desemprego, subemprego, controle das ações nacionais por eles, imposições monetárias, cortes orçamentários com os gastos públicos, desvios de investimentos públicos para os setores privados e a concentração

³ A expressão “compensatória”, ou “medidas compensatórias”, está nos mais diversos livros publicados sobre a questão afro-brasileira. Diversos autores, dentre os quais Cidinha da Silva, Flávia Piovesan e Joaquim B. Barbosa Gomes, entendem que o Estado brasileiro está reparando, isto é, corrigindo os erros do passado através de medidas compensatórias, transitórias, quando deixou a população negra sem escola e sem os meios condizentes com a dignidade humana.

infinita de renda nas mãos de poucas pessoas. (JUSTAMAND, 2010, p. 29-30).

Mas a política do Banco Mundial para a educação não fica apenas no desidioso aspecto mercadológico do conhecimento, em que “a negação do saber socialmente produzido pela humanidade, negação essa que se agudiza quando se privatiza, quando se impede que o povo tenha acesso à educação pública, gratuita, de qualidade” (idem, p. 104). Outros fatores nocivos podem ser acrescentados, como se percebe da citação seguinte:

A visão restrita do Banco Mundial reduz a Educação à atividade escolar, à mera transmissão/assimilação de informações, ao imediatismo dos resultados e ao uso dos equipamentos. Ou seja, ela reforça os princípios e práticas da educação bancária [...]. Os projetos educacionais acabam servindo como estratégia de propaganda e publicidade para políticos e empresários, mas não contribuem de fato para melhorar a realidade da educação pública. (UFBA, s/d, p. 15).

No trato da educação, o Banco Mundial tem direcionado suas pretensões, pelo menos no caso brasileiro, para o ensino fundamental. “A forma mais justa de aumentar o acesso à educação no Brasil seria concentrar investimentos no ciclo fundamental para ajudar um número maior de crianças das camadas mais pobres a completar a 8ª série” (BANCO MUNDIAL, 2002, p. 38). Da continuidade da leitura do projeto Brasil Justo, Competitivo e Sustentável, constatamos o interesse do Banco com a universalização da educação básica (ensino fundamental), com a confecção e fornecimento de material didático em todas as escolas de ensino fundamental, com a ampliação e melhoria da rede física escolar e com a propagação do uso das tecnologias.

Da leitura do relatório do I Seminário Nacional de Educação Quilombola (PSNEQ), podemos constatar a presença das seguintes propostas, as quais vislumbram as proposições do Banco Mundial para a educação brasileira. São elas:

- Garantia de acesso, permanência e conclusão da educação básica.
- Fornecimento de material didático diferenciado para o ensino fundamental.
- Avaliação tipo emancipatória, processual, diagnóstica e formativa da aprendizagem.
- Reduzir a pobreza e preparar mão de obra para o mercado.
- Centralidade no ensino fundamental (educação básica).
- Participação da comunidade na discussão dos programas e projetos.
- Capacitação de professores/as do ensino fundamental que atuam nas comunidades remanescentes de quilombo.

- Ampliação da rede física das escolas quilombolas.

Essas medidas necessárias e interessantes, mesmo que postas em prática, escondem outras proposições do referido Banco embutidas no seu projeto. Conta-se, desse modo, ajustes estruturais no campo social através de diversas reformas adaptativas, como a reforma da previdência, reforma tributária, econômica, política e a flexibilização das leis trabalhistas, acarretando perdas de direitos e privatização do ensino público. A implantação de alguns programas na área social, como o programa bolsa família, não é nenhuma novidade, pois está inserido no grande ideário do capital que visa fomentar o consenso entre as massas empobrecidas através de políticas paliativas.

Portanto, a educação quilombola, oficialmente trabalhada pelo MEC via Secadi, coaduna-se com os preceitos neoliberais, os quais vêm sendo estabelecidos por meio da política do Banco Mundial para os países periféricos como é o caso do Brasil. Assim, ao receber os recursos do Banco os países “beneficiados” se comprometem a adequar suas economias às manobras dos países centrais: Estados Unidos e países europeus. No mais, os convênios no campo educacional movimentam a engrenagem do mercado, possibilitando a realização de uma gama quase que inesgotável de contratos comerciais em diferentes áreas com predominância para a de tecnologias, de computadores, mídias e outros entulhos tidos por necessários ao processo educativo. Esse *modus operandi* alimenta financeiramente grandioso número de empresas sediadas especialmente nos Estados Unidos.

Embora o Bird empreste apenas para o setor público, o mundo dos negócios tem entrada direta no funcionamento das suas operações. Isso ocorre porque o financiamento concedido pelo Bird anualmente gera em torno de 40 mil contratos que envolvem um grande volume de compra e venda de bens e serviços de todo o tipo, parte dos quais por meio de licitações internacionais abertas a empresas sediadas nos Estados-membros. Historicamente, as empresas estabelecidas nos países capitalistas mais industrializados abocanham a maioria esmagadora dos contratos, graças a lobbies bem organizados e silenciosos, dos quais fazem parte os seus respectivos governos. (PEREIRA, 2010, p. 46).

Desse modo, a Educação Escolar Quilombola tem seus fortes vínculos na cultura, nega o aspecto classe e tem como patrono o Estado. Essa situação varia de Estado para Estado. Em alguns os conflitos territoriais são feitos com a própria União. Noutros há os posseiros, os invasores e outros tantos que forçaram os quilombolas a venderem suas terras. Diante da realidade conflituosa dos quilombolas, todo processo educacional tanto poderá omitir aspectos importantes da realidade como dar-lhe coerente visibilidade. Será visto a seguir como anda esse processo no Estado de Alagoas.

4- AS AÇÕES DO ESTADO DE ALAGOAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Atualmente foram certificadas 64 comunidades quilombolas em Alagoas espalhadas por 33 municípios e uma em processo de certificação. Boa parte delas sem prédio escolar e naquelas onde há ensino só funciona a primeira fase do nível fundamental. Constata-se, desse modo, que a escolarização dos quilombolas alagoanos se submete às prerrogativas municipais. Das muitas comunidades visitadas, somente duas têm o ensino fundamental completo – Pau D’Arco, no município de Arapiraca e Bom Despacho, no município de Passo de Camaragibe. Não se tem notícia da quantidade de alunos quilombolas matriculados nas redes municipais do Estado, pois essa distinção ainda está por fazer e nem se sabe quantos repetem o ano letivo e o número dos evadidos. Costumeiramente essas escolas quilombolas atendem aos alunos da primeira fase do ensino fundamental. O desconhecimento do que seja Educação Escolar Quilombola é predominante e as ações escolares são marcadamente pontuais, sempre voltadas para demonstrações culturais – festas comemorativas, 20 de novembro, desfile com amostras da cultura afro, escolha da pérola negra e do diamante negro e afloram em algumas escolas projetos marcadamente quilombola, como acontece na comunidade de Pau D’Arco. No geral a Educação Escolar Quilombola ainda está por vir.

Durante os dias 24 e 28 de setembro de 2012, a Secretaria de Educação do Estado – SEE, através do núcleo de Diversidade, em colaboração com o Centro de Estudos Superiores de Maceió CESMAC promoveu o primeiro seminário sobre Educação Escolar Quilombola, que contou com a participação de diversos professores e professoras de alguns municípios, porém o evento não atingiu a 50% dos municípios onde há comunidade quilombola. Outro aspecto que ficou evidente foi a não participação de professor quilombola, pois esse indivíduo ainda é raro no nosso Estado. Não se pode dizer que o evento foi verdadeiro fracasso pela importância dos temas estudados, bem como pelo alto nível dos palestrantes, como a Dra. Denise Botelho, o Dr. Moisés Santana e a mestra quilombola de Conceição das Crioulas, Salgueiro, Pernambuco, Maria Givânia. Bom destacar também o esforço do professor Zezito Araújo em ver implementada a Educação Escolar Quilombola nas comunidades quilombolas alagoanas e naquelas receptoras de estudantes quilombolas.

O universo de famílias quilombolas chega a 4.276 se somados os números de família por comunidade, conforme noticiado no *site* do Instituto de Terras de Alagoas – ITERAL. Assim, pode-se conjecturar existirem 25.000 alunos quilombolas em Alagoas.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi visto no decorrer deste artigo, que o Estado brasileiro tem incrementado de muitas formas a educação escolar dos afro-brasileiros e ultimamente tem se voltado para a educação escolar dos quilombolas. Para desencadear este modelo de educação escolar a Conferência Nacional de Educação – CONAE, no eixo VI tratou especificamente da Educação Escolar Quilombola, por ocasião da elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE 20011-2020. Posteriormente referendado pelo I Seminário Nacional de Educação Quilombola e mais recentemente pela publicação das Diretrizes Nacionais de Educação Escolar Quilombola. Viu-se também que em Alagoas o processo ainda não deslanchou, mas houve entre os dias 24 e 28 de setembro de 2012 um encontro sobre a temática Educação Escolar Quilombola, que não contou com muitas representações dos municípios, mas foi de grande importância, pois se constitui no marco de futuras e importantes discussões. Enfim, foi visto que este modelo de educação atende às prerrogativas do Banco Mundial para os países periféricos, como é o caso do Brasil, com vistas a conservar a sociabilidade neoliberal com predominância da lógica do mercado.

Tem-se como de muita importância a Educação Escolar Quilombola da maneira como vem sendo tratada pelo Estado nacional. Porque tanto pode contribuir na sistematização do consenso através do trabalho das consciências dos envolvidos, como pode se tornar em fator contributivo no processo de lutas dessas comunidades. Se por ora está sendo gerida e dinamizada pelo Estado, a qualquer momento pode se fortalecer e adquirir feição própria e desse modo transmitir às novas gerações quilombolas os conhecimentos necessários que venham a contribuir na construção de uma sociabilidade plenamente humana. Porém isto não é fácil, pois se vive momentos contra revolucionários, mas não é impossível. Porém para qualquer professor/a ou outrem interessado neste modelo de educação, faz-se necessário adquirir/aprimorar uma teoria revolucionária que aspire a superar a sociabilidade do capital pelo trabalho livre e associado, sem negar as lutas das comunidades, a começar pelas lutas voltadas à definição de seus territórios, por melhorias na área de saúde, moradia, saneamento básico, como também as de combate ao racismo e a discriminação. Todas essas lutas são de muitíssima importância, sobretudo se embasadas numa teoria que aponte para a superação do Estado, do capital e da propriedade privada. A fim de dar cumprimento a este desiderato, vale ressaltar cinco requisitos importantíssimos elaborados por Tonet (2005, p.232) capazes de orientar as atividades educativas. Ei-las: primeiro – domínio amplo e aprofundado a respeito do fim a que se quer atingir; segundo – apropriação do conhecimento a respeito do processo

histórico real, em suas dimensões universais e particulares; terceiro – conhecimento da natureza essencial do campo específico da educação; quarto – domínio dos conteúdos específicos, próprios de cada área do saber, sejam eles integrantes das ciências da natureza ou das Ciências Sociais ou da Filosofia; e quinto – proceder à articulação da atividade educativa com as lutas desenvolvidas pelas classes subalternas, especialmente com as lutas daqueles que ocupam posições decisivas na estrutura produtiva. De posse desses requisitos tanto a educação em geral como a Educação Escolar Quilombola tenderá a compactuar com a construção de uma sociedade plenamente emancipada.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Instituto de Terras de Alagoas (ITERAL). **Comunidades Quilombolas Alagoanas**. Disponível em < <http://iteral.al.gov.br>>. Acesso em 20 ago. 2011.

BANCO MUNDIAL. **Projeto Brasil Justo, Competitivo e Sustentável**. Disponível em: <http://www.web.worldbank.com>. Acesso em: 12 mar. 2012

BERTOLDO, Edna. **Trabalho e educação no Brasil**: da centralidade do trabalho à centralidade da política. Maceió: EDUFAL, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília, DF, 2010.

FRERES et al. Governo e empresariado: a grande aliança em prol do mercado da educação para todos. In: **Marxismo, educação e luta de classes**. Fortaleza: EDUECE, 2010.

GENTILI A. A. Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

GOMES, Nilma Lino. In: **DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA**. Disponível em:< <http://www.xa.yimg.com/kq/groups/>>. Acesso em: 20 Jul. 2012.

JIMENEZ et al. **Marxismo, Educação e Luta de Classes**: pressupostos ontológicos e desdobramentos ídeo-políticos. Fortaleza: EdUECE, 2010.

_____ et al. **Marxismo, Educação e Luta de Classes**. Teses e conferências do II encontro regional trabalho, educação e formação humana. Fortaleza: EDUECE, 2008.

JUSTAMAND, Michel. **Neoliberalismo**: a máscara atual do capital. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue**: História do Pensamento Racial. São Paulo: ARTED, 2009.

MESZAROS, Istvan. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PACHECO, Jairo Queiroz e SILVA, Maria Nilza. **O Negro na Universidade**: Direito a Inclusão. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Educação Escolar Quilombola**: Pilões, Peneiras e Conhecimento Escolar. Curitiba, Paraná: SEED, 2010.

MUNANGA, kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Secadi, 2008.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro**: 1944-2008. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA I, 2010, Brasília: MEC. Disponível em < <http://educacaoquilombola.mec.gov.br/>>. Acesso em: 12 mar.2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

TEIXEIRA, Aldenice; BARROS, Maria das Dores. **Educação quilombola**: um direito a ser efetivado. Recife: Centro de Cultura Luiz Freire; Instituto Sumaúma.s/d.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: EDUNIJUÍ, 2005.

UFBA. **FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO 2. Organismos Internacionais e a educação**: a função do Banco Mundial. Disponível em: <[www2. UFBA. br/quimdist/livros_1/psicologia-educa%/psicologia-da-educacao2.pdf](http://www2.ufba.br/quimdist/livros_1/psicologia-educa%/psicologia-da-educacao2.pdf)>. Acesso em 23 abr.2011.